

Ata Nº 1301 da Reunião da Gestão do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 8ª Região, gestão “Reconstruir e Fortalecer: É Tempo de Democracia, Ação e Esperança”, com a respectiva Assessoria Jurídica “Rodrigues Pinheiro Advocacia”.

No dia dois de junho de dois mil e vinte três às 10 horas, foi realizada reunião online, pela plataforma *Google Meet*. Estiveram presentes as/os Conselheiras/os: Shirlei Pereira Gomes dos Santos; Sabino Manda, Karina Aparecida Figueiredo, Ana Luíza Ribeiro Câmara, Lorena Kelly Ramos Leite e Gislaine Andrea Almeida Medeiros da parte da assessoria jurídica as/os advogados/as: Rafael Rodrigues de Oliveira e Jéssika Maria de Souza Rodrigues. Convocada para às 10 horas, a reunião começou às 10 horas e 10 minutos, tendo a seguinte pauta: 1- Renovação do contrato da Assessoria de Comunicação; 2-Análise do contrato da Assessoria Contábil e Jurídica, Precisa fazer Licitação quando terminar?; 3-Contratos de Licitação (Instalação da Comissão Permanente de Licitação- Gratificação)/ contratação do UBER empresa, podemos utilizar com o cartão cooperativo ou precisa fazer a licitação?; 4- Possibilidade de Execução Fiscal das Anuidades; 5-Tratativas referentes ao Acordo Coletivo, Pensar nas propostas para apresentar ao Sindicato; 6-Análise da Portaria das Horas Extras e Banco de Horas, Fizemos, mas não estamos utilizando; 7-Projeto Gestão documental e Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Karina iniciou apresentando a pauta, mas Jéssika sugeriu iniciar pelas questões trabalhistas. Em concordância, Karina sugere iniciar pelo acordo coletivo, considerando que o mês de maio teve muitas atividades por ser o mês da/o assistente social, mas também não houve apresentação de proposta pelo sindicato. Jéssika colocou que é comum o sindicato apresente as propostas e o empregador as analise para que se avalie as propostas são viáveis ou não, orienta também repassar às/aos trabalhadoras/es a necessidade de apresentas as pautas de reivindicações. Rafael reafirma a necessidade disso, se não há apresentação de pautas para o acordo coletivo por parte do sindicato, seguindo os ritos de assembleia, o CRESS não pode iniciar essa proposta. Mas pode fazer análise orçamentária a fim de realizar negociação. Não havendo propostas, os benefícios caem, mas isso não justifica a construção das reivindicações pelo CRESS. Shirlei coloca que falou com a coordenadora administrativa, Grace, sobre a necessidade de formalizar a pauta junto ao sindicato. Karina propôs encaminhamento para formalizar o contato, destacando que não conseguiu contato com Douglas do sindicato, as trabalhadoras informaram que fizeram reunião online com o

sindicato, mas não foi enviada a ata com a pauta de reivindicações. Jéssika orienta que aguardem a pauta do sindicato, Rafael sugere que seja feito contato informal, considerando que o acordo coletivo atual já está vencido, que há liberalidade do CRESS em preservar essas pautas, mas é imprescindível que o sindicato apresente proposta para o novo acordo. Portanto, destaca que é importante repassar esse cenário às/aos trabalhadoras/es. O ideal é que 30 dias antes da data base, que é 01 de maio, haja uma assembleia para construção da pauta, se isso não é feito, é preciso que o sindicato entre com processo judicial para garantir a retroatividade do acordo. As/os trabalhadoras/es estão descobertas/os, pois não há novo acordo e nem retroatividade em relação à data base, mas não há empecilhos que o CRESS o faça por liberalidade, de todo modo é importante que as/os trabalhadoras/es tenham ciência disso. Karina propõe que se mantenha os benefícios do acordo coletivo anterior e que quando sair o novo, seja feito o retroativo. Propõe retomar a comissão do Plano de Cargo Carreiras e Salários que será revisado para viabilizar o pagamento da gratificação por titulação, que até o momento tem sido paga pelo acordo coletivo. Essa revisão deverá se dar no segundo semestre do segundo ano, Jéssica sana dúvidas nesse sentido a fim de analisar este item na pauta. Karina fala sobre as horas extras, que tem sido feita banco de horas ou pagamento das horas, pois não há regulamentação específica. Shirlei fala sobre a portaria relativa ao tema, a qual está em elaboração, que está em análise pelo jurídico. Karina diz que estão priorizando o banco de horas, que é atestado por Grace e liberado pela presidenta. Rafael diz que o banco de horas é uma alternativa, mas é necessária fazer uma gestão desse banco e que este não servirá para compensação de ausência passada. É necessária justificativa para realização dessas horas, considerando ser o CRESS uma autarquia pública. Shirlei questiona se há um limite de horas que se possa fazer no mês. Jéssika questiona se a compensação é em 3 ou 6 meses. Shirlei disse que sabe dizer com exatidão, mas que na portaria está em 6 meses. Jéssika destaca que se pode adequar a portaria para 3 meses desde que sejam até o limite de 44 horas semanais. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT é 50% nos dias da semana e aos fins de semana, em hora cheia, que ainda é 50%, mas é paga como se fosse 100%. Shirlei fala da situação de Gabriela, agente fiscal, que viajou para o Encontro Nacional, se seria ou não considerado trabalho. Jéssika informa que é possível elaborar um parecer sobre a temática, inclusive conforme o acordo coletivo, pois a temática envolve vários fatores. Shirlei afirma que não há referência no acordo coletivo, na resolução da representação há disposição sobre

diárias, passagens, auxílios. Karina informa que a questão é se as atividades geram horas extras em relação ao trabalho e que, nessa situação, o CRESS concedeu banco de horas. Rafael questiona se a empregada tinha a opção de não ir. Karina diz que sim. Rafael questiona se havia expectativa do CRESS pela presença, sendo esse um questionamento delicado, pois de certa forma a atividade é promovida pelo empregador. Karina diz da importância de discutir isso, pois há atividades obrigatórias para a agente fiscal. Jéssika sugere que formulem a solicitação de parecer sobre a temática. Shirlei questiona se o CRESS deve arcar inteiramente ou parcialmente em curso de qualificação, considerando o interesse das partes, será feito curso sobre licitações em breve. Rafael coloca que se o custeio for recíproco, há a questão da/o empregada/o não querer ou não poder custear, o CRESS fica sem ofertar a qualificação que é necessária. Jéssika coloca que ambas são possíveis, mas que o CRESS deve avaliar o orçamento. Rafael indica ajustes que devem ser firmados em termo de compromisso que assegurem ressarcimento e período de permanência da unidade após a realização da qualificação para entregar o resultado do investimento ao CRESS. Karina fala que o contrato da assessoria de comunicação finalizou e é necessário fazer nova licitação, foi feito contato por produto para garantir a assessoria no contexto da posse, mudança de gestão e mês da/o assistente social, o novo contrato deve ser feito em junho. O processo de licitação não foi feito. Jéssika se ausenta da reunião às 10:54. Ana Luisa e Marcia chegaram a iniciar o processo de licitação, mas que Natalia não assinou a documentação. O processo foi impugnado em abril e deverá ser refeito. Os trabalhadores informaram que o processo de licitação implica em pagamento de gratificação e só fariam assim, pois é como outros CRESS funcionam. Rafael coloca que a negativa de realização da licitação é insubordinação, pois cada CRESS tem sua própria organização. Shirlei informa que há documento do CFESS indicando pagamento de gratificação para a comissão de licitação, Rafael coloca que precisa analisar. Karina questiona o que fazer e como instituir a gratificação. Rafael coloca que na portaria que estabelecer a comissão, já pode instituir como será a gratificação. Shirlei questiona como renovar o contrato para a assessoria de comunicação. Karina propõe fazer portaria montando comissão para licitação com os trabalhadores disponíveis e gratificação. Rafael coloca que a assessoria pode auxiliar na construção da portaria. Sabino questiona se cada vez que for instaurada uma licitação, deverá ser paga uma gratificação e qual a duração do pagamento da gratificação. Rafael coloca que a gratificação deverá ser paga pela condução

do processo em si e que seria oneroso para o CRESS pagar gratificação por processo, o pagamento é feito por participação na comissão de licitação. Karina verá como funciona nos outros CRESS e propõe que a gratificação seja mensal, não pelo número de processos. Rafael coloca que é imprescindível realização de qualificação para licitações, havendo isso faz mais sentido instituir a gratificação, destaca a importância disso, considerando que o CRESS precisa realizar licitação para reforma da nova sede. Shirlei sugere verificar o orçamento e realizar o convênio com a empresa que vai ministrar o curso. Karina fala sobre o UBER, considerando que o contrato com táxi era muito caro, assim, quer saber se pode usar o cartão corporativo para pagamento ou se é necessária licitação, neste impasse as visitas de fiscalização estão paradas. Rafael coloca que deverá ser feito termo de referência para realizar contrato com a UBER. Karina coloca que falará com Eduardo para que elaborar o termo de referência em relação a utilização da UBER para visitas de fiscalização. Karina fala sobre a execução fiscal das anuidades, no momento o CRESS tem enviado e-mails e AR, há 5 casos que não houve sucesso e antes de mandar para a dívida ativa, é necessário publicar no Diário Oficial. Rafael coloca que é para notificá-lo nos casos necessários de realizar execução fiscal. Shirlei questiona se pode ser mandado diretamente para a execução fiscal. Karina coloca que o trâmite foi escolhido para resguardar o CRESS, assim devesse aguardar as ARs e já enviar para execução fiscal. Shirlei coloca sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e questiona se deverá seguir o procedimento indicado pelo CFESS, Rafael confirma. Sabino apresenta a pauta sobre a Comissão Permanente de Ética, se há óbice jurídico para que conselheiras da gestão anterior comporem a comissão como base. Rafael confirma que não nenhuma limitação ética ou jurídica. Karina fala sobre a contratação de cargo em comissão e fala da importância da contratação de assessoria de Serviço Social, o que é possível considerando que se pode contratar um comissionado a cada concursado. Questiona se é necessária licitação ou processo seletivo para isso. Rafael confirma que é de livre nomeação. Shirlei questiona se a escolha é pela diretoria ou por deliberação do pleno, Rafael confirma que é da direção, pois é cargo de confiança da diretoria. Shirlei informa que coisas que a diretoria delibera, algumas são levadas ao pleno e outras não, Rafael confirma. Karina questiona a possibilidade de o cargo ser de Tatiane, considerando ser a ex conselheira, Rafael confirma que não há óbice, devendo se ater ao nepotismo. Sem mais, a Reunião encerrou-se às 11:38, e eu, Ana Luíza Ribeiro Câmara, conselheira primeira secretária do CRESS/DF, lavrei a presente ata.



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF

SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center

3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142

Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900

Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423

E-mail: cress8@cressdf.org.br